

O ENSINO DA GEOGRAFIA PELO PRISMA DA INCLUSÃO.

Italo Rômulo Costa da Silva ¹

RESUMO

A Educação na Perspectiva da Inclusão tem sido pauta recorrente nos debates sobre a forma como se deve conduzir o processo educativo nos tempos hodiernos, e o aprofundamento desse fenômeno constitui-se peça central para tornar o ensino e aprendizagem uma ação que envolve e alcança a todos. Destarte pressupõe-se que os componentes pedagógicos, sob a ótica da inclusão, devem ser ministrados com vista na formação humana de modo integral. O propósito deste artigo consiste, portanto, em apresentar alternativas de abordagens não-convencionais para o ensino de Geografia no contexto da Educação Inclusiva. Para alcançar esse objetivo, foi conduzida uma revisão teórica aprofundada sobre a temática. Esta pesquisa é, portanto, um estudo de abordagem qualitativa de natureza básica e do tipo descritiva. Quanto aos seus procedimentos fora feito a curadoria de estudos que tratavam sobre as alternativas pedagógicas inclusivas para o ensino da geografia sintetizando dados relevantes e apresentando neste escrito. O estudo pautou-se em leis e diretrizes educacionais do Brasil (1988;1996;2015;2019) e nos fundamentos de Callai (2005), Campbell (2009), Ferreira (2022), Foggetti (2022), Melo e Sampaio (2007), Rossi (2015) e outros. O estudo revelou urgente necessidade de se pensar e de se aplicar estratégias de ensino que contemple a todos sem distinção. Nesse cenário é impropelável a urgência de se aprofundar os estudos e pesquisas relacionados à prática de ensino de Geografia na Educação Inclusiva disseminando possibilidades do uso de novas metodologias que alcance as Pessoas com Deficiência favorecendo sua formação acadêmica e humana.

Palavras-chave: Geografia, Inclusão, Formação de Professores, Alternativas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

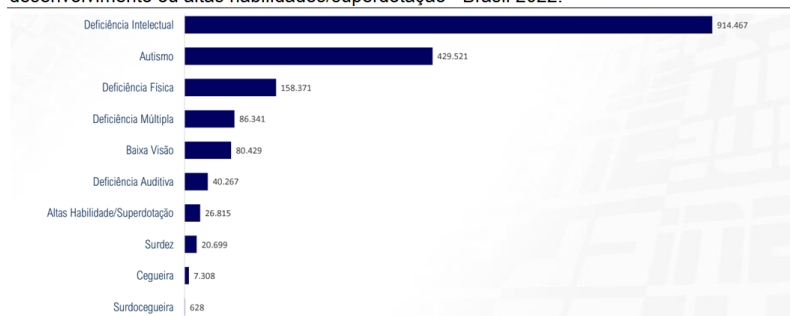
Os principais desafios para a efetivação da educação inclusiva estão ligados a formação e a prática docente, que em muitas realidades são exíguas ou não estão satisfatoriamente alinhadas às demandas e a necessidade desta modalidade de ensino. Associada a diversos fatores, desde as condições de trabalho, como estrutura física das instituições, as carências do processo formativo e até a falta de capacitação continuada para atuar com esse público, tornar o ensino inclusivo mostra-se como uma tarefa em construção.

Com uma crescente demanda, o Público Alvo da Educação Especial (PAEE) tem estado presente no convívio escolar sendo-lhes assegurado, nos princípios da Lei, o direito a educação (BRASIL, 1988) e a garantia de sua matrícula e permanência nas instituições de ensino (BRASIL, 1996).

¹ Mestre em Educação pela Univerisade Federal do Piauí -UFPI , Professor da Rede Municipal de Teresina- Piauí., italoromulocsilva@gmail.com

Sobre esse acréscimo de matrículas nos últimos anos dos estudantes PAEE na educação básica, é válido destacar que o Censo da Educação Básica de 2019 (BRASIL, 2020), computou um acréscimo de 34,4% entre 2015 e 2019, estando a maior parte matriculados em salas de aula comum. Em 2022 (BRASIL, 2022) o Censo revelou o número de matrículas na educação especial considerando o tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação -Brasil 2022 conforme apresentado na figura 01.

Figura 1- Matrícula na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Brasil 2022.



Fonte: Inep/Censo Escolar 2022

Tais dados acentuam as discussões sobre a educação inclusiva com vista a garantir não só de direito, mas também e de fato, o acesso e permanência da pessoa com deficiência no âmbito escolar.

Nos tempos hodiernos tem se estabelecido a máxima de que formar pessoa é pensar uma formação em sua integralidade, assim os modelos educacionais bem como o ensino das disciplinas têm sido pensados sob os preceitos inclusivos.

O ensino da geografia, por exemplo, tem evoluído enquanto disciplina. Sob a ótica da inclusão, a Geografia que está presente oficialmente nos currículos e documentos legais da educação e das instituições de ensino, tem sido vista sob o prisma da formação integral dos estudantes, não se limitando ao uso de métodos mnemônicos, mas contextualizando os conteúdos para a vida. No que se refere aos alunos com algum tipo de deficiência a premissa de preparar para a vida também se valida, sendo esse direito assegurando com a adaptação de recursos, uso de estratégias de ensino variadas e postura no ambiente educacional com olhar para a pluralidade na forma de aprender.

Feito essas considerações o presente artigo se norteia pela seguinte indagação: é possível realizar o ensino da geografia de modo inclusivo contemplando a pessoa com deficiência?

O propósito deste artigo consiste, portanto, em apresentar alternativas de abordagens não-convencionais para o ensino de Geografia no contexto da Educação Inclusiva. Para alcançar esse objetivo, foi conduzida uma revisão teórica aprofundada sobre a temática. Esta pesquisa é, portanto, um estudo de abordagem qualitativa de natureza básica e do tipo descritiva. Quanto aos seus procedimentos fora feito a curadoria de estudos que tratavam sobre as alternativas pedagógicas inclusivas para o ensino da geografia sintetizando dados relevantes e apresentando neste escrito.

O estudo pautou-se em leis e diretrizes educacionais do Brasil (1988;1996;2015;2019) e nos fundamentos de Callai (2005), Campbell (2009), Ferreira (2022), Foggetti (2022), Melo e Sampaio (2007), Rossi (2015) e outros.

O estudo revela urgente necessidade de se pensar e de se aplicar estratégias de ensino que contemple a todos sem distinção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Inclusão: afinal do que estamos falando?

Estar acessível a todos indistintamente ou fazer-se acessível é a premissa que rege o conceito de inclusão. Permitir que todos os integrantes da sociedade sejam igualmente tratados, ainda que para que haja a igualdade seja necessário reequilibrar ou realizar correção nos ambientes e posturas é fundamental para o desenvolvimento prático do conceito de inclusão.

Desse modo a inclusão posiciona-se como uma conformação de fatores que viabiliza oportunidades e que transpõe barreiras da desigualdade naturalizando de todos a tudo.

No campo educacional o cerne da inclusão se assenta sobremaneira na forma como os ambientes e as pessoas promovem e refletem sobre as práticas pedagógicas inclusivas. Sobre a educação em seu formato inclusivo Campbell (p.139, 2009) conceitua que

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa de atender às dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de assegurar que os alunos que apresentem alguma deficiência tenham os mesmos direitos que os outros e que todos sejam cidadãos de direito nas escolas regulares, bem-vindos e aceitos, formando parte daquela comunidade.

Campbell (2009) atesta que a prática desenvolvida nos espaços escolares é inclusiva quando consegue amenizar e quiçá eliminar as dificuldades favorecendo a plena participação do aluno no contexto escolar no qual está inserido. E sobre isso Ziesmann (2015) expõem uma realidade ainda presente processo educacional, trata-se das práticas homogeneizantes, e nesse sentido a homogeneização das práticas adotadas impedem o alcance das diferenças uma vez que visualiza todos de igual modo porém não contribui para igual consecução de todos.

Mesmo diante dos consideráveis avanços no sentido de compreender as diferenças como algo não “ anormal” romper com preconceitos solidificados ao longo dos tempo é imperioso e demanda o investimento de novas discussões que resultem na mobilização de mecanismo e políticas eficientes a fim de contemplar e assegurar que o estudante com deficiência tem acesso e permanência na escola. Nesta vertente Antunes (2009, p. 190) destaca que

no paradigma da inclusão a diferença deve ser encarada como algo positivo, tanto no espaço escolar quanto na sociedade como um todo. No que compete à educação inclusiva, a escola deve ser concebida como um espaço aberto à diversidade, livre de pré-conceitos acerca dos seus alunos. Portanto, o espaço escolar é um espaço socialmente construído no âmbito da educação inclusiva, o que promove um novo olhar e um novo comportamento acerca das diferenças, que antes separavam passam a ser um elo de ligação.

Cappelin e Rodrigues (2008) e Antunes (2009) corroboram com tese de que o espaço escolar por um longo período da história foi assumidamente um espaço da segregação, tal que, abertamente distanciavam da convivência social e conseqüentemente dos espaços escolares as pessoas com “desvio” por não compartilharem do que era nomeado como padrão de normalidade. O que antes, no entanto, era entendido como “disfunção”, “doença” foi discutido abrindo portas ao Paradigma da Inclusão.

No Brasil, embora o atendimento às pessoas com deficiência ocorresse desde o período imperial, por meio de instituições específicas, o modelo ainda se apresentava com base no atendimento de pessoas em ambientes separados. O formato em vigor impunha o atendimento às pessoas com deficiência segregado das demais pessoas. Nesse contexto surgiram importantes instituições para o atendimento de categorias específicas de deficiência tais como: Imperial Instituto dos Meninos Cegos, o Instituto dos Surdos Mudos, o Instituto Pestalozzi, que atendiam pessoas com deficiência mental, e as primeiras Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). (Brasil,MEC/SEESP, 2008).

Sobre essa conquista de direitos a Declaração de Salamanca (1994) é considerado um marco importante no rol de conquista da inclusão da pessoa com deficiência por foi a partir dela que se construiu uma concepção escolar na perspectiva inclusiva, visto que a mesma defendia que “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” (p.1).

Avanços expressivos podem ser qualitativamente contabilizados na história da educação brasileira no que cerne a inclusão escolar sobretudo, nas últimas décadas do século XX e no começo do XXI com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência- Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), e a e a Resolução CNE/CP n° 2, de 20 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019).

2.2 (Re)Considerações sobre a prática no ensino da geografia na perspectiva da inclusão.

A Constituição Federal do Brasil prevê a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família (Brasil, 1988) no entanto apesar da enfática determinação constitucional ainda há diversas barreiras que impedem que pessoas com deficiências (PcD) e com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), tenham equidade de oportunidades em seu processo de ensino aprendizagem.

Ainda sobre o acesso em igualdade de oportunidades, tratando agora de um contexto específico do ensino e aprendizagem da Geografia é importante lembrar a percepção de essencial de Callai (2005, p.232) que adverte que “a criança ler o mundo muito antes de ler a palavra” assim podemos inferir que desenvolver práticas escolares que fomentem e ampliem o raciocínio geográfico ao longo da vida é uma necessidade à todos os educandos inclusive para aqueles que apresentam alguma atipicidade.

Custódio e Régis (2016, p. 259) enfatizam que “a ciência geográfica deve ser entendida como uma disciplina que busca trazer para a sala de aula as expectativas e as experiências dos alunos, procurando reconhecer a diversidade do mundo e a realidade que nos cerca.” Sob este prisma é necessário refletir que os alunos atípicos têm uma percepção geográfica de mundo diferente dos demais, condição muitas vezes alterada em decorrência da sua limitação física ou cognitiva, contudo, não deixam de ter sua própria percepção geográfica de sua realidade de existência. Ora, se na sala de aula o

professor e toda a estrutura envolta dos alunos precisam se adaptar para o ensino da geografia considerando suas peculiaridades de estar no meio urbano ou rural, de estar no centro ou na região periférica, de estar no norte ou no sul realizado adaptações ao ensino de modo a contemplar a realidade local, o que nos faria pensar que o aluno com deficiência teria que ser excluído em detrimento de uma readaptação da rotina escolar para o contemplá-lo em sua especificidade?

Repensar a Geografia enquanto disciplina inclusiva parte do ponto de repensar conceitos e prática, senão vejamos o que diz Milton Santos a cerca de um conceito fundamental da Geografia. Milton Santos (1988, p.02) concebe paisagem como “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca”. Sob o prisma excludente, pessoas com deficiência visual jamais poderiam ter acesso ao estudo de uma paisagem, no entanto sob a luz da inclusão considera-se que o toque realizado pelas mãos, que a percepção do cheiro característico de um espaço, que a escuta dos sons de um ambiente são formas de tornar visível a paisagem ao deficiente visual e por isso o estudo sobre paisagens são possível à medida em que o seu conceito é ressignificado e suas práticas passam a considerar as novas formas de perceber o mundo.

Vieira (2015) registra que esse é o ponto, a adaptação do ensino para o favorecimento de todos, porém pode-se depreender que este ponto converge também com principal entrave pois em muitos cenários ainda é difícil para os docentes adaptar estratégias e metodologias de ensino quando significativa parte de sua própria formação pautava-se na perspectiva visual.

O cerne da questão aparenta não ser uma dificuldade que se apresenta exclusivamente no chão das escolas, mas que se concebe ainda no âmbito formativo. Então pode-se afirmar que uma vez que fossem formados professores sob uma perspectiva inclusiva ter-se-ia os as barreiras da inclusão rompidas? Retoricamente a resposta seria, não, pois a inclusão escolar não se restringe exclusivamente à forma como o professor conduz sua aula, embora esse seja um fator determinante. A inclusão depende entre outras questões do rompimento de barreiras arquitetônicas ou físicas, barreiras comunicacionais ou informacionais, barreiras pedagógicas e metodológicas, barreiras instrumentais, barreiras atitudinais (Foggetti, 2022). Melo e Sampaio (2007, 126) ressalta que:

O professor de geografia que se propõe a trabalhar de forma a incluir todos os seus alunos precisa contar ou criar uma rede de apoio, um grupo que permita troca, consultas para que ocorra colaboração e aprendizagem.

Grande parte dos receios docentes passa pela desinformação sobre o trabalho com pessoas de diferentes dificuldades e potencialidades.

Melo e Sampaio (2007, p.128) asseveram que o caminho percorrido em busca da construção de uma escola inclusiva perpassa por “criar condições de participação de todos os membros da comunidade escolar, sejam eles surdos ou gordos, cegos ou baixos, negros ou brancos, deficientes [...] ou muito altos, paraplégicos ou hiperativos, superdotados ou de pés descalços, muito ricos ou com anorexia. Ou seja, sem distinções, respeitando as diferenças e não permitido que as diferenças limitem as oportunidades.

A Geografia como disciplina escolar que oportunizar ao estudante vê, e vê sob todos os ângulos, sob todas as formas detém um importante papel na vida dos discentes em orientar os caminhos, experienciar diferentes desafios e a refletir sobre o seu conhecimento e sua aplicação para a vida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Abordagens Não-Convencionais no Ensino da Geografia: alternativas pedagógicas para convencionar uma educação inclusiva.

Desenvolver integralmente o potencial dos alunos em todas as suas facetas - não apenas cognitiva, mas também afetiva e social é um dever que compete à educação. Nesse sentido, a Geografia desempenha um papel significativo no processo educacional uma vez que cabe a esse componente curricular favorecer situações de aprendizagens que o propicie ao aluno perceber-se como sujeito no mundo e as peculiaridades do seu entorno.

É consensual a afirmação acima, pois quem discordaria da proeminente e urgente necessidade de formar os alunos em sua integralidade? Porém esta não é uma tarefa tão simples assim, sobretudo quando trata-se de alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE) pois como já discutido em outros pontos, toda a mobilização para a efetividade da inclusão demanda diversos esforços no campo estrutural, político, cultural, social, formativo etc. Assim cumprindo a proposta encabeçada inicialmente nesse estudo, não caberá aqui imbricar soluções que abarquem todos esses campos, mas neste capítulo será apresentado alternativas pedagógicas para o ensino inclusivo da Geografia.

3.1 Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP)

Ferreira (2022) destaca que a Geografia é uma ciência que tem como marca a “interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, sendo possível ser subsidiada por metodologias de diferentes áreas para a construção do ensino-aprendizagem nessa disciplina, isto é, através da utilização de recursos variados” entre elas destaca-se a metodologia da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) que foge da fomentação de aulas menos enfadonhas e mnemônicas. Por esse formato metodológico valida-se a construção da autonomia do estudante e a formação do seu pensamento crítico.

Figura 2 - Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP)



Fonte: Autoria Própria (2024)

A proposta da ABP é proporcionar aos alunos a exploração de temas geográficos relevantes por meio de projetos que envolvam pesquisa, colaboração e apresentações, promovendo uma aprendizagem prática e significativa, adaptável a diferentes estilos de aprendizagem.

Pela ABP um aluno com déficit cognitivo decorrente do autismo poderia ser beneficiado trocando as aulas expositivas por uma visita in loco em um ambiente que o favorece aprendizagem comum a turma. Um aluno surdo poderia ser contemplado com uma exposição de artes com recursos charges para posiciona-se criticamente sobre um fato da geopolítica, um deficiente visual poderia produzir um podcast como forma de narrar acontecimentos históricos que favoreceram a formação econômica de uma determinada região.

3.2 Uso de Tecnologia Assistiva

Integrar tecnologias acessíveis, como softwares de leitura de tela, legendas em vídeos e aplicativos de mapeamento interativo, para garantir a acessibilidade dos materiais geográficos a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências visuais ou auditivas.

O ensino de Geografia desempenha um papel essencial na formação de todo cidadão, já que amplia a compreensão da realidade ao investigar o espaço socialmente moldado. Com o uso das tecnologias essa tarefa pode ser ainda mais significativa.

Figura 3 - Tecnologias para promoção da inclusão no ensino da Geografia



Fonte: Autoria Própria (2024)

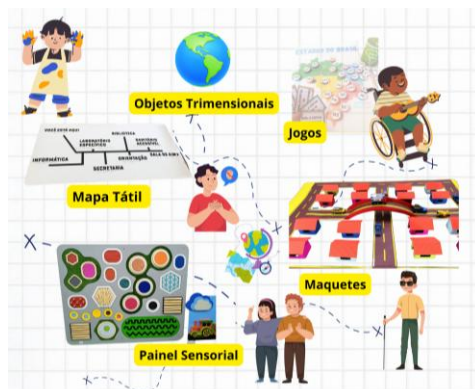
As Tecnologias quando bem articuladas com a proposta de ensino produz em suas matrizes as possibilidades da efetivação de processo de ensino-aprendizagem que contemple diferentes sujeitos, contribuindo para a oferta de um ensino inclusivo.

3.3 Ensino Multissensorial

Utilizar uma ampla gama de recursos e atividades que engajem diferentes sentidos, como mapas táteis, maquetes, vídeos, sons da natureza e experiências de campo, proporcionando múltiplas formas de abordagem do conteúdo para atender às necessidades de alunos com diferentes estilos de aprendizagem.

Entre os recursos citados, as aulas de Geografia podem seguir caminhos inclusivos com o uso da Cartografia Tátil, que se posiciona como um campo da Cartografia em que há a confecção de mapas e produtos cartográficos em alto relevo para que possam ser utilizados por pessoas cegas e com baixa visão (Loch, 2008).

Figura 4 – Recursos Multissensoriais para o ensino inclusivo da Geografia



Fonte: Autoria Própria (2024)

Em Rossi (2015), a questão da aprendizagem através dos diversos sentidos do corpo humano é explorada como resultado da investigação sobre a multissensorialidade. O ser humano em sua resiliência, na ausência de um dos sentidos aprimora outros, desta feita ter uma aprendizagem multissensorial abarca maiores chances de contemplar a todos.

3.4 Cooperação e Colaboração

Estimular a realização de atividades de aprendizagem cooperativa e colaborativa, onde os alunos trabalhem em equipe para resolver problemas geográficos, compartilhar conhecimentos e experiências, promovendo o apoio mútuo no processo de aprendizagem é uma forma de incluir. Para Freire, “todos ensinamos e aprendemos mediatizados pelo mundo”. Nesse sentido, o conhecimento da sua própria realidade e da realidade que o cerca se constrói pelo diálogo, atentos uns aos outros.

A Geografia enquanto ciência que estuda as relações sociais estabelecidas no espaço geográfico jamais poderá se dar de forma isolada e solitária, a cooperação e colaboração entre todos os agentes da comunidade escola é oportuna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos escritos, percebe-se que o ensino inclusivo da geografia é um processo em alinhavo que exige a minuciosa atenção de todos os sujeitos envolvidos na formação escolar desde a aprovação de políticas públicas, alocação de estruturas que tornem os ambientes escolares mais inclusivos, até a formação e prática dos professores in loco.

Este artigo se propôs abordar o ensino de Geografia no contexto da Educação Inclusiva e assim fez-se. Fora registrado a necessidade de uma formação que forneça subsídios teóricos aos docentes para que este se posicione no frente do processo de ensino e aprendizagem nessa abordagem educacional.

Neste artigo também foram apresentado aprofundamento teórico sobre a prática pedagógica para o ensino da Geografia registrando alternativas pedagógicas viáveis ao ensino inclusivo do componente curricular em discussão.

O estudo destacou sua importância ao evidenciar a necessidade crucial de aprofundar a prática da Geografia na Educação Inclusiva e de explorar maneiras de efetivar a inclusão, mesmo em um contexto limitado, como a sala de aula. Isso ocorre

em meio à urgência de considerar a inclusão em diferentes esferas, como em políticas públicas mais amplas, em níveis estruturais, culturais, formativos e sociais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, K. C. V. uma leitura crítica da construção do espaço escolar à luz do paradigma da inclusão. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v. 14, n. 28, p. 188-203, jul.-dez./2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 9 Março 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, [2017]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 9 Março 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial/MEC. **Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: Revista da Educação Especial. Brasília, V.4, n.1, p 7-17, Jan/Jun. [2008]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2023.

BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dez. de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2019**: notas estatísticas. Brasília, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Notas+Estat%C3%ADsticas++Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/43bf4c5b-b4784c5d-ae177d55ced4c37d?version=1.0> >. Acesso em: 1. Maio 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2022.pdf. Acesso em: 1. Maio 2024.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, v.25, n.66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 17 jul. 2024.

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da Inclusão**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

CAPELLINI, V.L.M.F.; RODRIGUES, O.M.P.R. **Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva**. Educação, Porto Alegre, v.32, n.3, p. 355 – 364, set.dez. /2009.

CUSTÓDIO, G. A., & RÉGIS, T. D. C. (2016). **Recursos didáticos no processo de inclusão educacional nas aulas de Geografia**. In: Nogueira, R. E. (Ed.), Geografia e inclusão escolar: Teoria e práticas (pp. 258-279). Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca-Espanha. [1994]. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 12 Jun. 2023

FERREIRA, K. F. C. **Ensino de geografia através da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP): experiência a partir do ensino remoto**. 2022. 128 f.

FOGGETTI, F. (2022). **Barreiras de acessibilidade: o que é, quais são e como eliminá-las?** ? <https://www.handtalk.me/br/blog/barreiras-para-a-acessibilidade/Lima>, F. J. de, & Tavares, F. S. S. (2008). Barreiras

LOCH, R. E. N. Cartografia Tátil: mapas para deficientes visuais. **Portal da Cartografia**. Londrina, v.1, n.1, maio/ago., p. 35 - 58, 2008.

MELO, Adriany de Ávila; SAMPAIO, Antônio Carlos Freire. **Educação inclusiva e formação de professores de geografia: primeiras notas**. Caminhos de Geografia - Revista Online, Uberlândia, v. 8, n. 24, p. 124-130, DEZ/2007. Disponível em:<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15622>. Acesso em: 10 Jul. 2024.

ROSSI, D.R. **Geografia multissensorial: uma contribuição para o ensino de pessoas deficientes visuais**. 2015. 216 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VIEIRA, Jaqueline Machado; FERRAZ, Cláudio Benedito Oliveira. O desafio de geografia para deficientes visuais. **Revista Geografia em atos (online)**, v.2, n.2, p. 1-8. 2015. Edição especial. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/3864/3029>. Acesso em: 25 ago. 2023.